

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 9424/2023/MMA

Brasília, 10 de novembro de 2023.

Ao Segundo-Secretário do Senado Federal no exercício da Primeira-Secretaria
Senado Federal
Senado Federal, Bloco 2, Pavimento Térreo - Praça do Três Poderes
70165-900 Brasília/DF

apoio@senado.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício nº 1007 (SF) - Requerimento nº 351/2023.

Senhor Segundo-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 1007 (SF), de 16 de outubro de 2023, que veicula o Requerimento nº 351/2023, de autoria do Senador Beto Faro (PT/PA), que requer que sejam prestadas informações sobre o Cadastro Ambiental Rural.
2. Inicialmente, cumpre destacar que a gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR tem como importante elemento a gestão das informações e dados armazenados no sistema. Como banco de dados estatal, o SICAR está submetido aos princípios e normas aplicáveis à administração pública, em particular à Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação - LAI, que preconiza o dever dos órgãos e entidades públicas de promover a gestão transparente da informação, propiciando o seu amplo acesso, com proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do seu artigo 6º. Em convergência, o art. 3º, do Decreto nº 7.830, de 2012, estabelece como um dos objetivos do SICAR a disponibilização de informações públicas sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional, e encontra-se disponível no site www.car.gov.br. A Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, por sua vez, detalha as informações do SICAR de caráter público, conforme previsto em seu art. 12. Além desses normativos, há de se considerar que o acesso a outras informações é condicionado ao cumprimento dos requisitos dispostos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e na Instrução Normativa MMA nº 3, de 18 de dezembro de 2014.
3. Assim, o acesso integral às informações do SICAR, inclusive aquelas com acesso restrito, formada por dados de identificação pessoal e patrimonial armazenados no sistema, estão condicionados à assinatura prévia de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a órgãos e entidades da administração pública que, em razão de suas atribuições e na execução de políticas públicas, necessitam do acesso a tais dados. Tal compartilhamento encontra-se amparado no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Feitas essas considerações, e com base nos motivos apresentados no Requerimento nº 351/2023, avaliou-se que não foram cumpridos os requisitos ao fornecimento dos dados de natureza não pública dos proprietários ou possuidores dos imóveis cadastrados no CAR. Porém, entendeu-se que os demais dados solicitados atenderiam aos propósitos mencionados e assim procedeu-se à extração, no Banco de Dados do SICAR, das demais informações contidas no requerimento.
5. Ademais, quanto ao formato de arquivo especificado no pedido para que se disponibilizasse esses dados (Planilha do Microsoft Excel), é preciso considerar que o volume de informações resultantes (mais de sete milhões de inscrições) impede que tais dados sejam assim apresentados, visto que ultrapassa o limite de linhas de planilhas eletrônicas (as quais comportam no máximo 1.048.576 linhas).
6. Dessa forma, para viabilizar o encaminhamento da resposta, foi preciso relacionar os dados dos imóveis inscritos no CAR até o dia 31 de dezembro de 2022 em formato ".csv" (texto delimitado por vírgulas), o qual poderá ser acessado por meio do link "[listagem dos CAR](#)", cuja descrição dos dados é mostrada no Quadro a seguir:

Quadro - Descrição das variáveis contidas no arquivo relativo aos dados do CAR

Variável conforme BD	Descrição
cod_imovel	código de inscrição no CAR.
mod_fiscal	quantidade de Módulos Fiscais relativo à área total do imóvel rural.
area_imovel	área total do imóvel rural em hectares.
ind_status	situação do imóvel, quanto ao cadastro, podendo estar ativo (AT), pendente (PE), suspenso (SU) ou cancelado (CA).
ind_tipo	classificação quanto a sua natureza, podendo tratar-se de imóvel rural particular (IRU), assentamento da reforma agrária (AST), ou relativo a territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais (PCT).
des_condic	descrição da condição do imóvel com relação a fase da análise do CAR.
municipio	nome do município em que o imóvel se localiza.
cod_estado	código da unidade federativa em que o imóvel se localiza.
area_app	área declarada, em hectares, da Área de Preservação Permanente do imóvel.
area_rl	área declarada, em hectares, da Reserva Legal do imóvel rural.
area_ac	área rural consolidada declarada, em hectares, conforme conceito previsto no inciso IV do art. 3º da Lei n.º 12.651, de 2012.
POINT_X	latitude, em coordenadas geográficas, relativa ao centroide do polígono do imóvel.
POINT_Y	longitude, em coordenadas geográficas, relativa ao centroide do polígono do imóvel.

Fonte: Banco de Dados do SICAR, consultado em 31/10/2023

7. Por fim, vale destacar que a informação sobre os biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa ou Pantanal) em que se localizam os cadastros, não consta no SICAR.
8. Em face do apresentado, portanto, informo que os dados solicitados passíveis de disponibilização encontram-se acessíveis no link "[listagem dos CAR](#)", nos termos da Nota Técnica nº 413/2023-SFB.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexos:

I - Nota Técnica nº 413/2023-SFB (1490447); e

II - Ofício nº 1863/2023/SFB (1492915).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 10/11/2023, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1500254** e o código CRC **AF6FA64A**.

OFÍCIO Nº 1863/2023/SFB

Brasília, 03 de novembro de 2023.

Ao Senhor

Rodrigo King Lon Chia

Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos - Substituto

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar

70068-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 351/2023.**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.015236/2023-71.

Senhor Chefe da Assessoria Substituto,

1. Cumprimos-o, em atenção ao Ofício nº 8728/2023/MMA (SEI nº [1477203](#)), referetado ao Requerimento de Informação nº 351/2023 (SEI nº [1475926](#)), de autoria do Senador Beto Faro (PT/PA), o qual solicita "*informações sobre o Cadastro Ambiental Rural*", acolho e encaminho o Despacho nº 8034/2023-SFB (SEI nº [1492279](#)) e a Nota Técnica nº 413/2023-SFB (SEI nº [1490447](#)), da Diretoria de Regularização Ambiental Rural deste Serviço Florestal Brasileiro.

2. Desde já coloco este Serviço Florestal Brasileiro à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

GARO JOSEPH BATMANIAN

Diretor-Geral

Anexos:

I - Nota Técnica 413/2023-SFB (SEI nº [1490447](#)); eII - Despacho nº 8034/2023-SFB (SEI nº [1492279](#)).

Documento assinado eletronicamente por **Garo Joseph Batmanian, Diretor(a) Geral**, em 03/11/2023, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1492915** e o código CRC **02083C3C**.

Criado por [01251373542](#), versão 11 por [01251373542](#) em 03/11/2023 15:27:44.



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL RURAL
COORDENAÇÃO-GERAL DO SICAR
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DO SICAR

Nota Técnica nº 413/2023-SFB

PROCESSO Nº 02000.015236/2023-71

INTERESSADO: SENADO FEDERAL

1. ASSUNTO

1.1. Solicitação de acesso a dados do CAR, por meio de Requerimento n.º 351/2023 ([1475926](#)) do Senado Federal.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5.º, no inciso II do § 3.º do art. 37 e no § 2.º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

2.2. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

2.3. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

2.4. Decreto n.º 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização o Ambiental, de que trata a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

2.5. Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

2.6. Instrução Normativa MMA n.º 2, de 06 de maio de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

2.7. Instrução Normativa MMA n.º 3, de 18 de dezembro de 2014 - Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências.

3. ANÁLISE

3.1. Considerando o Despacho SEI 7482 ([1481335](#)) da Coordenação-Geral do SICAR, que se refere ao Despacho SEI 7476 ([1481145](#)) da Diretoria de Regularização Ambiental Rural do Serviço Florestal Brasileiro, os autos foram encaminhados à Coordenação de Gestão de Dados e Informações do

SICAR, para conhecimento e elaboração de resposta ao Requerimento do Senado Federal, relativamente à demanda contida no Ofício n.º 8728/2023/MMA ([1477203](#)).

3.2. Dessa forma, esta Nota Técnica trata do Requerimento n.º 351/2023 ([1475926](#)), encaminhado por meio do Ofício n.º 1007 SF ([1475926](#)), no qual é solicitado:

"[...]

Que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre o Cadastro Ambiental Rural.

Que especifique na posição de 31 de dezembro de 2022, por imóvel rural integrante do Cadastro Ambiental Rural (Ativo), por município e unidade da federação:

1. Localização e identificação do imóvel com a titularidade - pessoa física/jurídica;
2. área total;
3. área utilizada e a de preservação ambiental (APP e RL).
4. bioma"

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas através de planilhas eletrônicas no formato excel."

3.3. Como justificção ao pedido, também no Requerimento citado, coloca-se que "As informações requeridas serão utilizadas para subsidiar as ações do Mandato na formulação de propostas legislativas nos temas das políticas agrária, fundiária e ambiental."

3.4. Inicialmente, cumpre destacar que a gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) tem como importante elemento a gestão das informações e dados armazenados no sistema. Como banco de dados estatal, o SICAR está submetido aos princípios e normas aplicáveis à administração pública, em particular à Lei n.º 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que preconiza o dever dos órgãos e entidades públicas de promover a gestão transparente da informação, propiciando o seu amplo acesso, com proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do seu artigo 6.º.

3.5. Em convergência, o art. 3.º, do Decreto n.º 7.830, de 2012, estabelece como um dos objetivos do SICAR a disponibilização de informações públicas sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional, o que tem sido feito por meio de diferentes canais, como o Consulta Pública do Cadastro Ambiental Rural (CAR), disponível no site www.car.gov.br. A Instrução Normativa MMA n.º 2, de 5 de maio de 2014, por sua vez, detalha as informações do SICAR de caráter público, conforme previsto em seu art. 12:

Art. 12. As informações de natureza pública de que trata o inciso V do art. 3 do Decreto n.º 7830, de 2012, a serem disponibilizadas pelo SICAR, será limitada:

I - ao número de registro do imóvel no CAR;

II - ao município;

III - à Unidade da Federação;

IV - à área do imóvel;

V - à área de remanescentes de vegetação nativa;

VI - à área de Reserva Legal;

VII - às Áreas de Preservação Permanente;

VIII - às áreas de uso consolidado;

IX - às áreas de uso restrito;

X - às áreas de servidão administrativa;

XI - às áreas de compensação; e

XII - à situação do cadastro do imóvel rural no CAR.

§ 1 As informações elencadas neste artigo serão prestadas mediante a disponibilização de relatório.

§ 2 As informações relativas às notificações são restritas aos proprietários e possuidores rurais.

§ 3 As informações de interesse dos cartórios de registro de imóveis, instituições financeiras e entidades setoriais serão disponibilizadas mediante solicitação específica ao gestor do Sistema, respeitadas as informações de caráter restrito.

3.6. Não obstante, há de se considerar que o acesso a outras informações são condicionadas ao cumprimento dos requisitos dispostos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019, e na Instrução Normativa MMA n.º 3, de 18 de dezembro de 2014.

3.7. Assim, o acesso integral às informações do SICAR, inclusive aquelas com acesso restrito, formada por dados de identificação pessoal e patrimonial armazenados no sistema, estão condicionados à assinatura prévia de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a órgãos e entidades da administração pública que, em razão de suas atribuições e na execução de políticas públicas, necessitam do acesso a tais dados. Tal compartilhamento encontra-se amparado no Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019, que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados.

3.8. Nesse sentido, vale destacar também a Instrução Normativa MMA n.º 3, de 18 de dezembro de 2014, que em seu art. 4.º estabelece que:

Art. 4.º As informações sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas armazenadas no SICAR, a serem protegidas pelo sigilo fiscal previsto no art. 198 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, de acordo com os incisos I, II e III do art. 2.º da Portaria RFB n.º 2.344, de 24 de março de 2011, incluem: I - as que identifiquem os proprietários ou possuidores e suas respectivas propriedades ou posses, tais como CPF, CNPJ, nome, endereço físico e de correio eletrônico; II - as que associem as propriedades ou posses a seus respectivos proprietários ou possuidores, configurando relações patrimoniais; III - as que associem meios de produção ou resultados de produção agrícola ou agroindustrial de imóvel rural específico a seus respectivos proprietários ou possuidores; e IV - outras informações de natureza patrimonial.

3.9. Feitas essas considerações e com base nos motivos apresentados no Requerimento n.º 351/2023 ([1475926](#)), avaliou-se que não foram cumpridos os requisitos ao fornecimento dos dados de natureza não pública dos proprietários ou possuidores dos imóveis cadastrados no CAR. Porém, entendeu-se, salvo melhor juízo, que os demais dados solicitados atenderiam aos propósitos mencionados e assim procedeu-se a extração, no Banco de Dados do SICAR, das demais informações contidas no requerimento.

3.10. Porém, quanto ao formato de arquivo especificado no pedido para que se disponibilizasse esses dados (Planilha do Microsoft Excel), é preciso considerar que o volume de informações resultantes (mais de sete milhões de inscrições), impede que tais dados sejam assim apresentados, visto que ultrapassa o limite de linhas de planilhas eletrônicas (as quais comportam no máximo 1.048.576 linhas).

3.11. Dessa forma, para viabilizar o encaminhamento da resposta, foi preciso relacionar os dados dos imóveis inscritos no CAR até o dia 31 de dezembro de 2022 em formato ".csv" (texto delimitado por vírgulas), o qual poderá ser acessado por meio do link "[listagem dos CAR](#)", cuja descrição dos dados é mostrada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Descrição das variáveis contidas no arquivo relativo aos dados do CAR.

Variável conforme BD	Descrição
cod_imovel	código de inscrição no CAR.
mod_fiscal	quantidade de Módulos Fiscais relativo à área total do imóvel rural.
area_imovel	área total do imóvel rural em hectares.
ind_status	situação do imóvel, quanto ao cadastro, podendo estar ativo (AT), pendente (PE), suspenso (SU) ou cancelado (CA).
ind_tipo	classificação quanto a sua natureza, podendo tratar-se de imóvel rural particular (IRU), assentamento da reforma agrária (AST), ou relativo a territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais (PCT).
des_condic	descrição da condição do imóvel com relação a fase da análise do CAR.
municipio	nome do município em que o imóvel se localiza.
cod_estado	código da unidade federativa em que o imóvel se localiza.
area_app	área declarada, em hectares, da Área de Preservação Permanente do imóvel.
area_rl	área declarada, em hectares, da Reserva Legal do imóvel rural.

area_ac	área rural consolidada declarada, em hectares, conforme conceito previsto no inciso IV do art. 3º da Lei n.º 12.651, de 2012.
POINT_X	latitude, em coordenadas geográficas, relativa ao centroide do polígono do imóvel.
POINT_Y	longitude, em coordenadas geográficas, relativa ao centroide do polígono do imóvel.

Fonte: Banco de Dados do SICAR, consultado em 31/10/2023.

3.12. Por fim, vale destacar que a informação sobre os biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa ou Pantanal) em que se localizam os cadastros, não consta no SICAR.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS

4.1. Ofício n.º 1007 SF (1475923), que encaminha ao Ministério do Meio Ambiente o Requerimento n.º 351/2023 (1475926).

4.2. Requerimento n.º 351/2023 (1475926), encaminhado pelo Senado Federal, no qual se solicita dados do Cadastro Ambiental Rural.

5. CONCLUSÃO

5.1. Considerando o Requerimento n.º 351/2023 ([1475926](#)), encaminhado por meio do Ofício n.º 1007 SF ([1475926](#)), esta unidade procedeu à extração das informações solicitadas pelo Senado Federal.

5.2. As informações disponíveis no SICAR e passíveis de divulgação, nos termos das normas vigentes, encontram-se disponíveis no link "[listagem dos CAR](#)".

5.3. Assim, submete-se a presente Nota Técnica para apreciação da Diretoria de Regularização Ambiental Rural, para providências que julgar cabíveis.

(Assinado Eletronicamente)
THAIS NEVES M. S. DA MOTA
Analista Ambiental

(assinado eletronicamente)
CRISTIAN BACELAR SANTOS
Coordenador

(assinado eletronicamente)
REJANE MARQUES MENDES
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Neves Miranda Sodré da Mota, Analista Ambiental**, em 03/11/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Bacelar Santos, Coordenador(a)**, em 03/11/2023, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Marques Mendes, Coordenador(a) - Geral**, em 03/11/2023, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1490447** e o código CRC **C236415A**.

Referência: Processo nº 02000.015236/2023-71

SEI nº 1490447

Criado por 00986919616, versão 48 por 00986919616 em 03/11/2023 10:28:47.